

EQUIPE TÉCNICA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

René de Oliveira e Sousa Júnior
Secretário

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO

Lourival de Barros Barbalho Junior
Secretário Adjunto do Tesouro

DIRETORIA DE GESTÃO CONTÁBIL E FISCAL

Paulo Roberto Paiva de Oliveira
Diretor

ASSESSORIA TÉCNICA

Hélio Santos de Oliveira Goes

Silvio Gomes da Costa

CÉLULA DE CONTABILIDADE

Rodolfo Job de Araújo Corrêa
Coordenador

EQUIPE TÉCNICA

Ana Clara Queiroz de Menezes(Estagiária)

Antônio Guilherme Gomes dos Santos

Claudia Sebastiana Nobre Carvalho

Daniela Cristina Araújo Nogueira

Diogo de Castro Alcântara

Edson Roberto de Almeida Furtado

Humberto Fabiano Santos da Cunha

Jaqueline Barros Dias

Kelly Cristina dos Anjos Monteiro

Mônica Helena Soares Pereira

Nathan Cristian Pinheiro Araújo

(Estagiário)

Rosemary Sousa da Silva

Rosilene do Socorro Garcia Aranha

CÉLULA FISCAL

Rosana Maria da Motta Alcântara
Coordenadora

EQUIPE TÉCNICA

Chenia Elfrisa Tortola Burlamaqui

Dorival Pereira Tangerino Neto

Francinete Almeida de Oliveira

Hortense Maria Pinheiro Teixeira

José Heriberto da Cunha Rodrigues

Rafaely dos Anjos Cavalcante

CÉLULA DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ESTADUAL

Wagner Yuichi Capelli
Coordenador

EQUIPE TÉCNICA

Alberto Adrian Pinheiro Gonzalez

Ana Maria de Oliveira Pinto

Luis Carlos Alves Monteiro

Miguel Alessandro dos Santos

Vasconcelos

DIRETORIA DO TESOURO ESTADUAL

José Carlos dos Santos Damasceno
Diretor

Deuzarina da Silva Oliveira
Coordenadora

Alba Nazaré Pinto do Carmo
Coordenadora

Suely do Socorro Nunes Monteiro
Coordenadora

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO

Dihelen Jacob Azevedo

RGF

3º QUADRIMESTRE 2022

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO

QUADRIMESTRE: SETEMBRO/DEZEMBRO





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – E.M. Nº 001 / 2023 – SEFA

Belém (PA), 27 de janeiro de 2023

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

1. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou Órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas aos demonstrativos: da despesa com pessoal, da dívida consolidada, das garantias e contragarantias de valores, das operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido do demonstrativo referente à disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e dos Restos a Pagar.
3. As demonstrações que compõem o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados neles contidos, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2022, se encerra em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referencia..
5. Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao 3º quadrimestre de 2022 (setembro a dezembro), período de referência janeiro a dezembro.

Respeitosamente,


RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

SUMÁRIO

Exposição de Motivos

I – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

- Anexo 1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo
- Anexo 2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
- Anexo 3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
- Anexo 4 Demonstrativo das Operações de Crédito
- Anexo 5 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Poder Executivo
- Anexo 6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

II – INFORMATIVO PARÁ CONTÁBIL E FISCAL RGF 3º QUADRIMESTRE

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1 000

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.088.490.614,73	1.130.217.438,36	1.125.680.312,39	1.313.445.746,45	1.325.709.946,27	1.393.964.729,52	1.361.362.856,16	1.360.993.577,66	1.857.251.401,09	1.384.555.240,83	1.347.273.509,47	2.183.071.200,27	16.872.016.573,20	0,00
Pessoal Ativo	750.448.571,32	775.611.709,65	764.707.733,39	905.481.709,67	889.935.134,89	964.618.610,71	930.411.225,61	936.412.137,22	1.238.861.903,58	971.545.521,23	927.324.210,11	1.558.140.795,77	11.613.499.263,15	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	618.700.856,67	625.059.302,15	628.023.996,23	727.327.962,72	721.801.425,02	790.126.129,90	757.149.667,85	751.212.019,65	1.060.437.784,94	777.406.471,17	755.547.573,19	1.181.221.151,52	9.392.014.341,01	0,00
Obrigações Patronais	133.747.714,65	150.552.407,50	136.683.737,16	178.153.746,95	168.133.709,87	174.492.480,81	173.261.557,76	185.200.117,57	178.424.118,64	194.139.050,06	171.776.636,92	376.919.644,25	2.221.484.922,14	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	338.042.043,41	354.605.728,71	360.972.579,00	407.964.036,78	435.774.811,38	429.346.118,81	430.951.630,55	424.581.440,44	618.389.497,51	413.009.719,60	419.883.112,88	624.930.404,50	5.258.451.123,57	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	277.381.314,36	292.721.483,88	298.010.341,41	341.227.429,61	368.493.854,60	362.512.053,37	354.204.980,98	352.543.757,11	515.301.766,75	346.023.010,21	349.582.688,01	521.648.177,67	4.379.850.850,98	0,00
Pensões	60.660.729,03	61.884.244,83	62.962.237,59	66.736.616,17	67.280.956,78	66.834.063,44	76.746.649,57	72.037.683,33	103.087.730,76	66.986.709,39	70.300.424,87	103.282.226,83	878.800.272,59	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)												66.186,48	66.186,48	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	181.617.004,32	227.879.604,47	230.356.971,21	264.023.859,84	270.616.967,65	299.489.875,65	285.296.843,84	301.508.798,21	339.327.578,57	262.795.190,69	354.004.874,32	543.142.514,96	3.560.060.183,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	84.908,84	15.060,26	43.369,98	52.675,96	57.866,02	67.139,52	6.535,07	104.859,51	323.587,10	23.783,22	657.038,37	1.636.843,85	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	10.610.463,19	36.067.975,32	39.935.951,46	31.103.030,88	34.636.666,91	38.408.581,54	23.570.122,31	26.652.421,56	17.052.157,41	16.008.430,53	16.361.848,75	48.981.532,99	339.389.182,85	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração*	21.933,56	1.647.488,78	1.106.747,01	1.328.237,75	2.804.667,69	1.046.778,41	6.531.645,43	2.222.047,39	2.603.561,55	1.826.894,34	2.388.409,26	10.178.345,71	33.706.756,88	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	170.984.607,57	190.079.231,53	189.209.212,48	231.549.221,23	233.122.957,09	259.976.629,68	255.127.936,58	272.627.794,19	319.567.000,10	244.636.278,72	335.230.933,09	483.125.597,69	3.185.327.400,15	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	906.873.610,41	902.337.833,89	895.323.341,18	1.049.421.886,61	1.055.092.978,62	1.094.474.853,87	1.076.066.012,32	1.059.484.779,45	1.617.923.822,52	1.121.760.050,14	993.268.536,16	1.639.928.686,31	13.311.956.389,47	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.296.177.567,37	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) ¹	11.565.061,17	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) ²	86.310.663,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	34.198.301.843,20	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + + III b)	13.311.956.389,47	38,33
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.620.374.895,80	48,60
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	15.789.355.961,01	46,17
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	14.958.337.226,22	43,74

NOTAS: FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data da Emissão 23/Jan/2023 e hora de emissão 10h46m

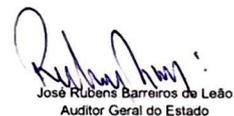
Notas:

*Os valores constantes nas linhas "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais" e "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada" foram obtidos mediante o demonstrativo disponível no site eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (www.gov.br/tesouronacional).

¹No mês de Maio de 2022, na linha Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração, foi acrescido o valor de R\$ 714.463,36, e no mês de Dezembro, foi acrescido o valor de R\$ 6.961.913,15, referente a DEA liquidados de 2022, que não constavam na apuração do 1º Quadrimestre, e 2º Quadrimestre, devido estarem dentro do período apuração, respectivamente.


René de Oliveira e Sousa Júnior
Secretário de Estado da Fazenda


Paulo Roberto Parva de Oliveira
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal


José Rubens Barreiros de Leão
Auditor Geral do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1.00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.748.672.430,78	5.407.451.583,50	5.183.497.694,31	5.496.824.263,98
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	5.311.093.589,77	4.986.153.003,23	5.183.497.694,31	5.496.824.263,98
Empréstimos	4.099.232.920,39	3.772.505.970,68	3.955.301.733,38	4.254.849.139,38
Internos	2.073.676.110,51	2.039.359.469,46	2.179.064.341,36	2.365.134.167,08
Externos	2.025.558.809,88	1.733.146.501,22	1.776.237.392,02	1.889.714.972,30
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.022.910.131,69	1.030.639.728,03	1.048.528.677,97	1.071.700.239,66
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de dívidas	188.950.537,69	183.007.304,52	179.667.282,96	170.274.884,94
De Tributos	101.298.702,80	95.760.520,58	92.893.656,84	85.421.009,39
De Contribuições Previdenciárias	87.506.109,47	87.116.946,66	86.659.198,94	83.755.364,81
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS	145.725,42	129.837,28	114.427,18	98.510,74
Com Instituição Não financeira				
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos				
Outras Dívidas*	437.578.841,01	421.298.580,27		
DEDUÇÕES (II)	5.303.365.581,97	7.702.975.640,69	7.188.923.533,60	5.754.130.676,71
Disponibilidade de Caixa	4.909.822.285,80	7.307.021.018,37	6.794.652.750,19	5.368.650.239,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.511.420.810,09	7.940.965.077,91	7.878.076.213,39	7.116.448.674,80
(-) Restos a Pagar Processados	601.598.524,29	189.698.883,71	135.431.635,97	716.389.604,49
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados*		444.245.175,83	947.991.827,23	1.031.408.830,73
Demais Haveres Financeiros	393.543.296,17	395.954.622,32	394.270.783,41	385.480.437,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	445.306.848,81	-2.295.524.057,19	-2.005.425.839,29	-257.306.412,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.009.202.196,32	29.863.702.059,52	31.912.422.468,66	34.296.177.567,37
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) - (V)	12.890.666,00	12.990.666,00	22.007.592,00	11.565.061,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.996.311.530,32	29.850.711.393,52	31.890.414.876,66	34.284.612.506,20
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	21,29	18,11	16,25	16,03
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	1,65	-7,69	-6,29	-0,75
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	53.992.623.060,64	59.701.422.787,04	63.780.829.753,32	68.569.225.012,40
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	48.593.360.754,58	53.731.280.508,34	57.402.746.777,99	61.712.302.511,16

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	97.392.207,00	64.928.138,20	32.464.069,40	105.500.000,00
PASSIVO ATUARIAL	162.649.508,71	165.980.553,43	165.980.553,43	308.430.716,23
RP NÃO-PROCESSADOS	146.107.565,33	37.598.725,72	23.891.584,19	280.808.237,92
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO				
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP				
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS*	359.076.809,37	393.415.473,83	319.739.632,40	404.788.048,81

FONTE: Sistema SIAFEM - Unidade Responsável SEFA / DICONF. Data de emissão 20/Jan/2023 e Hora de emissão 14h00min

Notas:

*As referidas linhas, a partir da apuração referente ao 2º Quadrimestre de 2022 passaram a evidenciar fielmente as onerações de preenchimento conforme mapeamento metodológico divulgado pela STN obedecendo as instruções previstas no MDF (STN) 12ª Edição, pág. 567 Item (I) **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados**. A composição da linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (DRVV) é formada pelas seguintes rubricas (de curto e longo prazo): Consignações, Depósitos Judiciais, Depósitos não Judiciais e transferências Vinculadas, deduzidas dos valores do RPPS (IGEPREV) e dos Depósitos Judiciais de natureza tributária. Portanto, os valores decorrentes dos depósitos judiciais conforme disposto na Lei Estadual nº 8.312/2015 que regulamenta a Lei Complementar Federal nº 151/2015 serão evidenciados da seguinte forma: Os de natureza tributária na linha (Apropriação de Depósitos Judiciais) e os pertencentes a terceiros dentro da composição da linha (DRVV) seguindo orientação prevista no MDF (STN). Os valores de depósitos judiciais em que o Estado não faz parte da lide passam a ser informados na linha (DRVV) deduzindo da Disponibilidade de Caixa Bruta, repercutindo na composição da DCL.

Paulo Roberto Paiva de Oliveira
 Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

José Rúbens Barreiros de Leão
 Auditor Geral do Estado

Renê de Oliveira Paiva Junior
 Secretário de Estado da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/ 2022

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

RS 1 00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022 ¹		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	101.973.406,38	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas ¹	101 973 406,38			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	101.973.406,38	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	27.009.202.196,32	29.863.702.059,52	31.912.422.468,66	34.296.177.567,37
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	12.890.666,00	12.990.666,00	22.007.592,00	11.565.061,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	26.996.311.530,32	29.850.711.393,52	31.890.414.876,66	34.284.612.506,20
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,38	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00%	5.939.188.536,67	6.567.156.506,57	7.015.891.272,87	7.542.614.751,36
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	5.345.269.683,00	5.910.440.855,91	6.314.302.145,58	6.788.353.276,22

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 19/Janeiro/2023 e Hora de emissão 11h07min

NOTA:

¹Extinção da exigibilidade de concessão de garantias, pela emissão do Termo de Quitação da União, face à liquidação integral do contrato 10/09838-0 DMLP CELPA/EQUATORIAL CNPJ 04 895 728/0001-80


 Paulo Roberto Paiva de Oliveira
 Diretor de Gestão Contábil e Fiscal


 José Rubens Barreiros de Leão
 Auditor Geral do Estado


 René de Almeida Sousa Júnior
 Secretário de Estado da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2022

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobilíria	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	360.075.572,89	690.064.140,94
Interna	261.917.598,65	533.026.797,85
Empréstimos	261.917.598,65	533.026.797,85
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa	98.157.974,24	157.037.343,09
Empréstimos	61.394.757,25	120.273.788,42
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)		
TOTAL (III)	360.075.572,89	690.064.140,94

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	34.296.177.567,37	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	11.565.061,17	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)=(IV-V)	34.284.612.506,20	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)=(IIIa+VII-Ia-IIa)	653.300.586,27	1,91
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.485.538.000,99	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)-90%	4.936.984.200,89	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.399.922.875,43	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema SIAFEM. Unidade Responsável SEFA / DICONF. Data de emissão 17/Janeiro/2023 e Hora de emissão 10h58min


 Paulo Roberto Paiva de Oliveira
 Diretor de Gestão Contábil e Fiscal


 José Rubens Barreiros de Leão
 Auditor Geral do Estado


 Renê de Oliveira e Sousa Júnior
 Secretário de Estado da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO⁴
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR¹
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1 00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a)-(b+c+d+e)-f	(h)		(i)=(g-h)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	3.284.514.598,94	14.790.400,46	665.705.882,90	0,00	108.791.201,12	0,00	2.671.227.114,46	96.677.911,81	0,00	2.474.549.202,65
Recursos Não Vinculados de Impostos	3 284 514 598,94	14 790 400,46	669 705 882,90		108 791 201,12		2 571 227 114,46	96 677 911,81		2 474 549 202,65
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.630.130.345,46	13.279.688,46	94.540.375,78	0,00	41.033.733,19	0,00	2.481.276.548,03	142.987.622,56	0,00	2.338.288.925,47
Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Educação	139 655 898,62	216 180,89	24 759 903,78		13 390 930,54		101 288 883,41	59 529 598,67		41 759 284,74
Transferências do FUNDEB	26 366 907,37		115 783,27		686 077,24		25 565 046,86			25 565 046,86
Outros Recursos Vinculados à Educação	47 955 813,52	200,00	209 593,85		391 486,43		47 354 533,24	2 776 466,01		44 578 067,23
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	81 590 279,35	614 724,01	44 145 626,48		3 263 277,34		33 566 651,52	30 780 105,31		2 786 546,21
Outros Recursos Vinculados à Saúde	674 370 752,30	3 882 595,47	3 060 300,73		778 215,33		666 649 640,77	28 397 995,97		638 251 644,80
Recursos Vinculados à Assistência Social	28 385 068,91	280 296,36	123 348,16		348 194,86		27 633 229,53	35 184,31		27 598 045,22
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) ²	8 958 347,35	4 656,86			335 870,57		8 617 819,92			8 617 819,92
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Reparação (Plano Financeiro)	191 735 477,06	6 985 702,98	6 104 515,15		5 521 095,12		173 124 163,81			173 124 163,81
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	2 237 723,08						2 237 723,08	0,02		2 237 723,06
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	110 421 813,43	6 475,18	4 731 840,35		74 732,79		105 608 765,11	12 745,82		105 596 019,29
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	45 502 325,10						45 502 325,10			45 502 325,10
Recursos Extraorçamentários	7 677 689,53				7 677 689,53					
Outros Recursos Vinculados	1 265 272 249,84	1 288 856,71	11 289 464,01		8 566 163,44		1 244 127 765,68	21 455 526,45		1 222 672 239,23
TOTAL (III) = (I + II)	5.894.644.944,40	28.070.088,92	664.246.258,68	0,00	149.824.934,31	0,00	6.052.503.662,49	239.665.634,37	0,00	4.812.838.128,12

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF. Data de emissão 20/Jan/2023 e Hora de emissão 16h45min.

Notas:

¹Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras

²Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros

³Na elaboração desse Demonstrativo foram considerados integralmente os conceitos previstos no MDF 12^a Edição, válido a partir de 2022, aprovado pela Portaria STN nº 924, de 08/07/2021. Adotou-se o conceito de disponibilidade de caixa conforme descrito no MDF. **A disponibilidade de caixa bruta** é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras: 1 **Caixa** - Saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria; 2 **Bancos** - Saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos; 3 **Aplicações Financeiras** - Saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras consideradas equivalente de caixa. Item 04 05 02 01, Pag 625⁴

⁴Nesse Demonstrativo, referente ao Poder Executivo, não constam os recursos financeiros de caixa e dos restos a pagar onerosos do órgão Defensoria Pública, em virtude da omissão prevista no MDF 12^a Edição expedido pela STN. A Defensoria Pública, segundo o MDF, deve publicar em separado do Poder Executivo o referido demonstrativo. Deverá ser elaborado somente no último quadrimestre pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Item 04 05 01, Pag 623⁴


Paulo Roberto Pava de Oliveira
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal


Paulo Roberto Pava de Oliveira
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal


José Rubens Barreiros de Leão
Auditor Geral do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2022

RGF - ANEXO 6 (LRF art 48)

R\$ 1.00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	34 296 177 567,37	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	34 284 612 506,20	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	34 198 301 843,20	
<hr/>		
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	13 311 956 389,47	38,93
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -48,60%	16 620 374 695,80	48,60
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) -46,17%	15 789 355 961,01	46,17
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	14 958 337 226,22	43,74
<hr/>		
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	-257 306 412,73	-0,75%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	68 569 225 012,40	200%
<hr/>		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7 542 614 751,36	22%
<hr/>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	653 300 586,27	1,91%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5 485 538 000,99	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2 399 922 875,43	7%
<hr/>		
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	239 665 534,37	4 812 838 128,12

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 20/Janerio/2023 e Hora de emissão 11h e 45m


Paulo Roberto Paiva de Oliveira
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

Renê de Oliveira e Sousa Júnior
Secretário de Estado da Fazenda


José Rubens Barreiros de Leão
Auditor Geral do Estado



R\$ VALORES EM MILHARES DE REAIS

DESPESA COM PESSOAL PODER EXECUTIVO	
DEZ 2021	DEZ 2022
10.847.093	13.311.956

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	
DEZ 2021	DEZ 2022
445.307	(257.306)

GARANTIAS DE VALORES	
DEZ 2021	DEZ 2022
101.973	-

% SOBRE A RCL AJUSTADA	
40,29%	38,93%

RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DE ENDIVIDAMENTO	
DEZ 2021	DEZ 2022
26.996.312	34.284.613

% SOBRE A RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO	
0,38%	0,00%

DESPESA COM PESSOAL CONSOLIDADO	
DEZ 2021	DEZ 2022
12.994.233	15.781.455

% SOBRE A RCL AJUSTADA	
1,65%	-0,75%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
509.277	653.301

% SOBRE A RCL AJUSTADA	
48,26%	46,15%

% SOBRE A RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO	
1,89%	1,91%

RCL AJUSTADA P/ CÁLCULO DE PESSOAL	
DEZ 2021	DEZ 2022
26.923.897	34.198.302



CAPAG DO ESTADO DO PARÁ

INDICADORES ¹	2019			2020			2021		
	Total (R\$)	Relação	Nota	Total (R\$)	Relação	Nota	Total (R\$)	Relação	Nota
ENDIVIDAMENTO									
Dívida Consolidada	4.323	19,93%	A	5.371	22,43%	A	5.311	19,73%	A
Receita Corrente Líquida	21.631			23.945			26.918		
POUPANÇA CORRENTE		Relação	Nota		Relação	Nota		Relação	Nota
Despesa Corrente	22.998	90,96%	B	27.333	90,29%	B	28.477	89,71%	A
Receita Corrente Ajustada	25.283			30.522			31.742		
LIQUIDEZ		Relação	Nota		Relação	Nota		Relação	Nota
Obrigações Financeiras	214	26,27%	A	568	23,92%	A	474	21,87%	A
Disponibilidade de Caixa	802			2.374			2.171		
NOTA FINAL		B			B			A	

OBS: Dados definitivos divulgados pela STN até a publicação do presente relatório.





Glossário

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, denominada LRF, estatui normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, por meio de ações em que se previnam riscos e consertem desvios capazes de abalar o equilíbrio das contas públicas. A LRF estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas, e a obediência a limites e condições na geração de despesa com pessoal, dívida pública, operação de crédito, garantias e inscrição em restos a pagar. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é formado pelos demonstrativos exigidos pela LRF, em conformidade com o Capítulo IX, Seção IV, artigos 54 e 55 da LC nº 101.

DESPESA COM PESSOAL

São despesas com o pagamento pelo efetivo exercício do cargo ou do emprego ou de função de confiança no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, exceto aqueles prestados sob condição de estagiários e por pessoas físicas sem vínculo empregatício, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador. A despesa com pessoal consolidada é formada pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, e pelo Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos constitucionais independentes.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

É o somatório das receitas tributárias, contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, serviços, transferências recebidas e de outras receitas correntes, deduzidos os valores das Transferências Constitucionais aos Municípios, Contribuição ao Regime Próprio de Previdência do Servidor, Compensação Financeira entre regimes de Previdência e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magis-

tério (FUNDEB). A RCL serve como parâmetro para verificação e composição de limites e condições estabelecidos na LRF.

RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL

Representa o total da RCL deduzida das transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) e às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF).

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)

A Dívida Consolidada Líquida representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos. A DC corresponde as obrigações financeiras assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.

RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

É formada pelo total da RCL deduzida das transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF).

GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES

Garantias são fianças e avais concedidos pelo ente federativo, em operações de crédito, inclusive com recursos de fundos de aval, a assunção de risco creditício em linhas de crédito, o seguro de crédito à exportação e outras garantias de natureza semelhante que representem compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual. Contragarantia é a contrapartida oferecida pelo ente federativo que irá receber uma garantia, de forma que seja em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e que abranja

o ressarcimento integral dos custos financeiros decorrentes da cobertura de eventual inadimplemento.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Compromisso financeiro assumido, ou seja, captação de recurso por meio de financiamento, empréstimo ou mútuo. Num conceito mais amplo, inclui a aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

Representa a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União, a partir de uma metodologia de cálculo. O intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional.

